

Sinergia racionaliza

Para racionalizar os serviços do setor jurídico do Sinergia e agilizar a entrada dos processos na Justiça do Trabalho os atendimentos por telefone, para informações sobre andamento de processos, serão feitos somente na parte da tarde. Pela manhã serão prestados os atendimentos individuais e a montagem dos processos para entrada nas Juntas de Conciliação.

Negociação Eletrobrás

Dia 8 de junho acontece no Rio de Janeiro mais uma rodada de negociações entre o Comando Nacional dos Eletricitários e a Eletrobrás. Em pauta: garantia de emprego e política salarial.

Eletricitários se reúnem

Entre os dias 11 e 13 de junho, acontece em Tubarão, o I Congresso dos Eletricitários do Sul de Santa Catarina que além da avaliação da conjuntura, irá avaliar a atuação sindical e elaborar um plano de atuação. Maiores informações com o Sintresc, no telefone (0486) 23-12-33.

Celos

Corrigindo: o Linha Viva ao divulgar os resultados das eleições na Celos errou. Norberto Luiz Zanchet ao invés do divulgado fez 242 votos.

Organizando Campanha

De 1 a 3 de junho a Intersindical está reunida no Centro de Educação da Fetesc, em Itapema, para discutir a organização da campanha/93 na Cellesc.

LINHA VIVA

Nº 228
03/06/93

E agora Gazaniga?

No dia 28 de maio passado o Procurador da República, Marco Aurélio Dutra Aydos, concluiu o inquérito civil público 02/92, instaurado em 23 de julho de 1992, pedindo o afastamento da atual diretoria da Eletrosul. Ele estava assim respondendo a denúncia feita pelo Sinergia sobre a renegociação de contratos das Usinas Jacupí e Jorge Lacerda IV e sobre aquisição de ações da Sade, entre outras.

Segundo o procurador a diretoria da empresa deve ser afastada por causa de "desrespeito aos direitos trabalhistas" e para que as investigações necessárias possam ser feitas pela Polícia Federal. Segundo Dutra Aydos as denúncias são sérias e vem acompanhadas de indícios fortes de irregularidades, "que podem restringir-se à esfera civil como ir à penal".

Entre várias testemunhas ouvidas no inquérito estava o ex-funcionário da Eletrosul Altino Marques Filho. Ele teria estranhado que a empresa tenha adquirido "diversos equipamentos em preços superiores aos de mercado, dos quais um precipitador eletrostático, adquirido por 17 milhões de dólares, e cujo preço no mercado estava avaliado em 10 milhões de dólares". Altino afirmou ainda que "tal sobrepreço ocorreu em todas aquisições de equipamentos decorrentes dos contratos 52.502 e 61.502."

Disse também que "as especificações técnicas para aquisição de equipamentos foram, na sua grande maioria, direcionadas para determinados fornecedores e em certos casos subfornecedores", resultando numa despesa para Eletrosul de quatro a seis vezes o valor de mercado."

No caso da compra de ações da Sade o procurador cita a CPI do "Esquema PP" e diz que "não foi normal a operação, isto é, ficou claro no relatório da CPI que a aquisição dessas ações da Sade foi resultado de uma rede de influências para benefício privado, e que contou com a participação de dirigentes das entidades patrocinadoras dos fundos de pensão". No caso específico da Fundação Elos, Dutra Aydos cita o relatório da CPI: "há indícios de materialidade de crime na aquisição destas ações".

Por fim Dutra Aydos, ao analisar o relacionamento da direção da Eletrosul para com seus empregados diz que ele não é bom e cita como exemplos "a utilização da via policial ou do processo (por crime contra a honra)". Para ele "há muito que se pede transparência, publicidade e moralidade na condução dos negócios públicos. No decorrer desse inquérito, temos tido indícios fortes de que estes reclamos da sociedade não têm tido reflexo na Eletrosul".

Eleições no Norte

A nova diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina, eleita com 90,4% dos votos, no final do mês de maio, ficou assim composta: Jair Maurino Fonseca (presidente), Geraldo Prus (vice), Ariel Cordeiro (diretor administrativo), Roberto Basilio (adjunto), Maria Catarina Martins (diretora financeira), Dejaire Lima (adjunto), Aureo Cardoso (diretor jurídico), Edmilson da Luz (adjunto), Káthya da Silva (diretora de divulgação), Elcio Theurer (adjunto), Joseval Rodrigues (diretor de formação), Valdino Kohls (adjunto), Mauri da Rocha (diretor de cultura), Aroldo Muller (adjunto), Aurino dos Santos (diretor de Prev. e aposent.), Wanderlei Lenartowicz (adjunto), Jair Schafhauser (diretor saúde), Sergio Guimarães (adjunto), Paulo da Costa (diretor de rel. sindical), Ananias Manes (adjunto), Conselho Fiscal: Horácio Alves, Aramis Novaes, Antonio Ponciano do Rosário (titulares), Manoel Cidral, Walmore Walmore Streit, Fernando Coelho (suplentes).

Sinergia na Unicamp

Dia 1 de junho a Universidade de Campinas (Unicamp) realizou um seminário sobre Empresa e Sociedade: A eletricidade no Brasil. Mauro Passos foi um dos debatedores representando o Comando Nacional dos Eletricitários.



Justiça confirma direito à adicional de periculosidade

Fazem 40 anos que os eletricitários do Brasil brigam por um direito óbvio: o pagamento de periculosidade. As batalhas judiciais com as empresas se sucedem, apesar da lei, já em 1985, ter dado seu veredito: "os trabalhadores que exercem atividade em energia elétrica deve, receber um adicional de 30% sobre o seu salário".

Este mês, mais 22 empregados da Celesc, tiveram seu direito confirmado (pela terceira vez) pela Justiça. A sua história se repete às centenas, e deve ser contada como exemplo de perseverança e resistência contra pressões da empresa que, por mais de cinco anos, tentou de todas formas lhes tirar este direito.

Em 1987 estes empregados da Celesc, por causa de um segundo decreto regulamentador da lei, tiveram seus 30% reduzidos a "um adicional proporcional às horas de exposição ao risco". Eles entraram na

Justiça e tiveram ação ganha na Junta de Conciliação e Julgamento e posteriormente no TRT. A Celesc tinha que lhes pagar o adicional integral(30%).

A empresa protelou, tentou rediscutir a questão, pressionou os empregados a desistirem das ações da questão e novamente os 22 foram à Justiça para o cumprimento da sentença. Neste meio tempo a Celesc suspendeu o pagamento até da periculosidade "parcial" e nova petição foi encaminhada junto com o processo.

Agora, quando saiu a decisão, a empresa além de ser obrigada ao pagamento integral e retroativo, foi advertida pela juíza Marcia do Couto por um comportamento que é "um ato atentatório à dignidade da Justiça". Mesmo assim a Celesc não descansou e tentou novo "acordo": os empregados deveriam desistir da ação.

Parlamentares protestam

As relações da empreiteiras que trabalham para a Celesc estão cada vez piores. Tanto que estão provocando até manifestações de políticos contra sua atuação.

Recentemente a Câmara de Vereadores de Tijucas enviou um ofício ao chefe de escritório da agência da Celesc daquela cidade pedindo providências. No ofício o presidente da Câmara, Edson Carvalho Bayer, solicita à estatal, "um melhor acompanhamento dos serviços prestados pela empreiteira que realiza a leitura de medidores de energia, bem como da distribuição dos talonários para pagamento das tarifas de consumo". Os vereadores de Tijucas apóiam o pedido "em virtude das incessantes reclamações dos consumidores, alegando inadim-

plência e falta de ética dos empregados que efetuam tal serviço".

O chefe do escritório de Tijucas, Pedro Paulo Tridapalli, em um memo à direção da Celesc, onde reproduz o ofício dos vereadores acrescentou que "existem também várias reclamações de consumidores, bem como das chefias dos escritórios sobre: erro de leitura; atraso na entrega de faturas; entrega em local diferente do proprietário; leitura pela média sem verificação de leitura real; atraso nas datas de execução da leitura e comentários contra a empresa Celesc".

O que será que a direção da Celesc pensa sobre o assunto? Em entrevista, na televisão, o presidente Raimundo Colombo disse que as empreiteiras são muito eficientes.

EDITORIAL

Pobreza de espírito

Disse o poeta Fernando Pessoa que "tudo vale a pena se a alma não for pequena". A beleza dos versos do escritor lusitano nos lega também, e lamentavelmente, a recíproca da frase: quando a alma é pequena nada ou quase nada frutifica.

A pequenez da alma e a pobreza de espírito têm sido a maior característica da diretoria da Celesc, que se vende acuada por uma ofensiva contra os seus desmandos lança mão dos mais mesquinhos expedientes para se defender e tentar atingir a Intersindical.

O primeiro ato - patético - foi o plágio descarado dos outdoors dos sindicatos. Sustentado pela falta de criatividade e pela sobra de levandade, este ato inexplicavelmente foi ter abrigo na pena de um juiz.

Depois, por ignorância ou má fé, a Celesc distribuiu um boletim apócrifo onde o nome do advogado da Intersindical é substituído pelo do presidente de um partido

político. Mais uma vez a confusão parece ser a arma preferida dos diretores da empresa.

O mais leviano dos golpes no entanto, foi a sórdida armação feita com um jornal decadente do estado para tentar atingir, mais do que os dirigentes da Intersindical, o movimento sindical como um todo.

Mas a pequenez da alma e a pobreza de espírito têm a sua razão de ser. Quando faltam respostas a questões sérias como os favorecimentos às empreiteiras, o "troca-troca" de funcionários da Celesc e de prefeituras, as maratonas partidárias do presidente da empresa, só mesmo disparando tiros a esmo, sem outro objetivo que não o de desaparecer atrás de uma cortina de fumaça.

O mais grave de tudo é o silêncio de cumplicidade da diretoria sobre a utilização de ações (patrimônio) da empresa pelo governo para pagar a sua dívida externa.

A pobreza de espírito fica evidente quando falta a grandiosidade das respostas... e da alma.

Banco Morgam monopolizou setor elétrico dos EUA

No dia 19 de maio, a Bolsa de Valores de São Paulo vendeu 112 milhões de ações da Celesc que estavam nas mãos do Morgan Grenfell do Brasil, empresa do Morgan Bank. Isto representa mais de 18% do total de ações da Celesc.

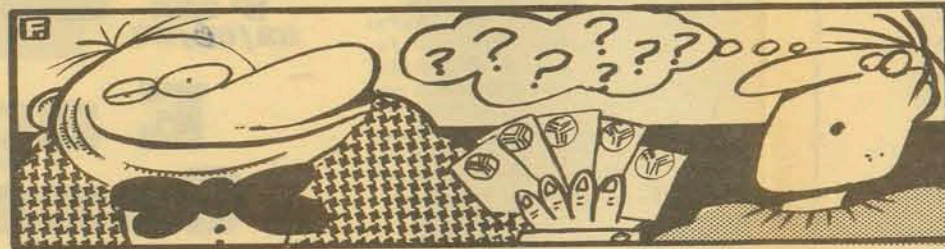
Até agora as explicações sobre como estas ações foram parar nas mãos desta empresa multinacional são vagas. O governo do Estado só diz que foi um bom negócio, feito de acordo com a lei. Mas, quem conhece um pouco da história de J. P. Morgan fica no mínimo curioso para saber como é que isto "aconteceu".

No século passado, até a década 20 deste século o Morgan tinha o monopólio da energia elétrica e transportes nos Estados Unidos. Com a depressão nos anos 30, o presidente norte-americano F.D. Roosevelt foi bastante pressionado e sua famosa política do New Deal desenvolveu uma legislação antimonopólio para acabar com o poder do Morgan. Roosevelt criou a Tennessee Valley Authority (TVA) que passou a distribuir energia elétrica a preços baixos em todo país. Quem apoiou o presidente foi a Standard Oil, da família Rockefeller - justamente o grande rival do Morgan. Esta passagem está bem exemplificada no livro "Energia -

Privatización y 'Desregulación'" - da ICEF, 1992.

Mas a trajetória do Morgan é bastante conhecida na América Latina desde o início do século passado. J. P. Morgan já era um banqueiro influente no meio do século passado, quando "patrocinou" William Walker, um aventureiro que invadiu a América Central com um bando de assassinos, que se autoproclamavam "a falange americana dos imortais". Eles roubaram, mataram, saquearam e Walker se proclamou, com a aceitação dos EUA, presidente da Nicarágua, El Salvador e Honduras, reimplantando a escravidão nestes países (in "As Veias Abertas da América Latina", Eduardo Galeano).

Pouco depois o presidente norte-americano Taft pediu para Morgan comprar a dívida externa de Honduras, que estava nas mãos de Londres. Era o início de uma nova "relação" a América Central: desta vez não mais baseada apenas na força de intervenções militares mas no poder do dinheiro (in Inevitable Revolutions, de Walter La Feber).



Instinto Selvagem II

Em uma semana de delírio, Gazaniga joga tudo para tentar sobreviver na presidência da Eletrosul

Marli Cristina Scomazzon
Jornalista/Linha Viva

Quem disse esta frase?

"Peço aos senhores que nos ajudem e hoje deixem todo preconceito, toda dúvida para que a gente nos dê a chance de poder colocar em prática aquilo que nossos consultores e mestres estão nos dizendo."

() Fernando Collor de Melo
() Amílcar Gazaniga

Acertou quem marcou a segunda opção. O apelo faz parte do discurso do presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga, ao lançar na sexta-feira passada o projeto "Liderança para a Qualidade". Naquele dia ele, que sempre desdenhou os empregados, pediu para que se "exercitasse uma confiança ilimitada uns nos outros", prometeu - consciente do medo que provoca - que "as pessoas serão protegidas pelo anonimato" em suas críticas.

O projeto, que foi chamado "Instinto Selvagem II - A Sobrevivência", não passou de um teatro, que usou os empregados como figurantes e foi representado para o governo federal e a sociedade. O objetivo: ficar no poder, já que foi nomeado por Collor e "boia" no Governo Itamar.

Foi por isto que, antes mesmo dos empregados saberem da encenação, Gazaniga tratou de convidar a imprensa, Flávio Souttomaior, do Ministério das Minas e Energia, o senhor Otávio, do governo federal, e representantes da Celesc, CEEE, Itaipu, Cemig, Cesp, Eletrobrás, UFSC e governo Kleinubing.

A maioria dos empregados se limitou a olhar este desespero com a certeza de que a intenção de Gazaniga é apenas lutar pelo seu cargo. E, como o governo federal teria condicionado sua permanência a um melhor relacionamento com os empregados e com a Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil, ele inventou este "projeto".

Quem contou esta história?

- Tinha uns porcos espinhos, na era glacial, que sentiam frio e se juntaram por causa do frio que sentiam, e aí se alimentavam um do calor do outro, e aí os outros bichos morriam de frio. E aí os porcos espinhos sentiam os espinhos uns dos outros e aí se separaram. E era frio e aí começaram também a morrer e aí os que viviam começaram a se juntar, com jeito para não magoar os outros e aí sobreviveram eles.

() um foragido da Colônia Santana
() Amílcar Gazaniga

Quem marcou a segunda opção está indo muito bem no teste. Esta estória também fez parte da apresentação do projeto "Instinto Selvagem". Com ela o presidente da Eletrosul pretendia sensibilizar os empregados. A moral da estória era que os espinhos que impediam a aproximação entre a direção e os trabalhadores devem ser "aparados" para fazermos uma empresa cada vez maior.

No sábado que se seguiu à encenação teatral, o dirigente sindical Delman Ferreira, encontrou um empregado demi-

tido. Ele tinha estado na Eletrosul nas duas últimas sextas-feira, para ir ao BESC. Estava abatido. Contou que na primeira vez viu um grupo de samba batucando no hall, com o presidente da estatal acompanhando tudo agarrado a um pandeiro. Na segunda vez assistiu a Banda da Polícia Militar tocar o Hino Nacional. Ele perguntou: Agora é só festa? Passou tudo? Se esqueceram dos mais de mil expulsos da empresa? Delman lembrou que este ex-funcionário - que tinha 16 anos de Eletrosul, boa parte trabalhando em obras - chegou a procurar Gazaniga para pedir revisão da sua demissão. Foi recebido pelo presidente de dedo em riste e ouviu que a empresa não tinha lugar para vagabundos.

O que este demitido faria se soubesse do coquetel, dos violinos, dos churrascos, dos telefones fora do gancho por um dia, dos compromissos adiados, das despesas de viagem para deslocar pessoal, tudo em nome da "Liderança para a Qualidade"? Como explicar o uso do dinheiro público para manter uma pessoa no seu cargo?

Quem fez este apelo?

"Não temos nada a oferecer. Vamos nos dar uma oportunidade. Ontem foi passado, é história. Nos ajudem. É só o que peço. Acreditem. Tenham fé".

() Frei Damião
() Amílcar Gazaniga

Se você acertou todas questões, Parabéns! Você sabe o chefe que tem.

TRIBUNA LIVRE

Aposentadoria

Hélio Coimbra
Diretor do Sinergia

Os pontos frágeis do nosso sistema oficial de seguro social são fruto da insanidade política. Dois desses pontos reputo como benesses políticas nefastas ao sistema, onerando-o de tal forma que o preço para seu equilíbrio é a injustiça social. No meu entendimento, esses pontos são a aposentadoria por tempo de serviço e a equiparação da previdência rural à urbana. A urbanização da previdência rural leva a vantagem de tentar acertar. Mas é demagógica na sua posição porque não se preocupou com o respectivo lastro. Demagogia e realidade não coadunam. E a realidade é que o Brasil é um país pobre, subgovernado há um século. País pobre e mal administrado não pode pretender muito no campo social.

Mas o pior fica com a aposentadoria por tempo de serviço, porque é um benefício que contraria todos os dogmas atuariais que sempre regem os princípios securitários, sejam privados ou oficiais.

Não há regime que possa aguentar quando um segurado, aposenta-se com 44 anos de idade e vai viver até os 74 anos "gozando" aposentadoria. E não são incomuns casos assim, principalmente na parte não tão sub-desenvolvida do Brasil, como os estados de São Paulo e os do sul. A expressão "gozando" referindo-se à aposentadoria vai entre aspas porque brasileiro não goza aposentadoria com o míngua benefício que recebe se não tiver um sólido patrimônio. O seu destino é morrer trabalhando, na marginalidade, e ajudando a tirar o que o Brasil sempre teve insuficiente: empregos para seus milhões de jovens que atualmente buscam seu lugar na sociedade.

Vinte e um anos de ditadura militar não conseguiram demover da nossa legislação o benefício da aposentadoria por tempo de serviço, que agora está até na Constituição.

Bom senso jamais foi nosso forte e muito menos dos nossos representantes e governantes. Dai seremos avessos a trocas. É o velho princípio do "deixa como está para ver como fica, ainda que tudo seja uma tática".

Mas o fato de ser contrário à aposentadoria por tempo de serviço - embora eu esteja quase me beneficiando dela - (e por que não o faria se esta está na lei?), não é motivo para deixar de trazer aos companheiros as condições, com todas as minúcias necessárias, em face do novo texto legal, no sentido de que o segurado que tiver condição para se aposentar que o faça.

Muitos são os casos de companheiros que consultam-me com sérios problemas de achatamento no valor do benefício só porque esperaram para ver se a previdência social melhorava. Levaram a pior e amargam profundo arrependimento por terem esperado. A regra no Brasil é levar já o que se tem direito antes que haja redução do direito ou do valor.

A aposentadoria por tempo de serviço será devida pelo INSS ao segurado que completar 30 anos de serviço, se do sexo masculino ou 25 anos de serviço, se do sexo feminino.

Houve redução do tempo de serviço para uma aposentadoria proporcional para a mulher. Ficou igual à situação dos professores. Só que esses o valor do benefício não será proporcional.

A aposentadoria por tempo de serviço será devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir da data do desligamento do emprego, quando ela for requerida até 90 dias após. Se não houver desligamento, no caso de empregado, o benefício será devido a partir da data do requerimento. Também será contado a partir da data do ingresso do requerimento no protocolo do INSS, para efeito de início do pagamento do benefício, para todas as demais categorias de segurados que não sofram registro em carteira.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Siqueira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Floripa chama população para definir seu orçamento

**Áureo Moraes
Jornalista**

No último dia 29, cerca de sessenta pessoas se reuniam no Salão Paroquial da Igreja de Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis. Funcionários públicos, profissionais liberais, professores, donas-de-casa, pescadores. Moradores antigos ou recentes, gente que foi conhecer de perto uma nova maneira de tratar as contas públicas: o Orçamento Participativo.

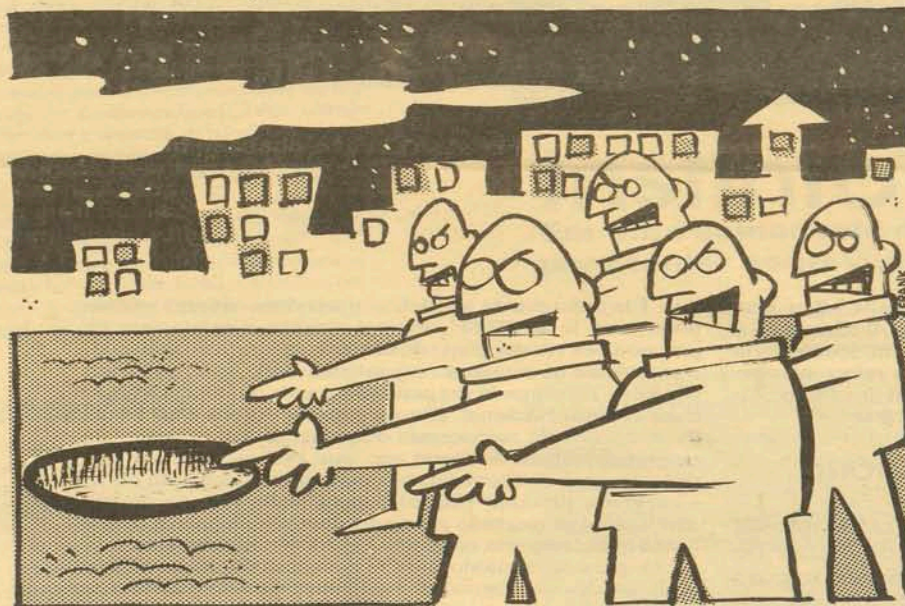
A experiência vivida pelos moradores de Santo Antônio e outras comunidades da região se repetiu com os mesmos resultados ainda em mais outros locais, como o Jardim Atlântico e bairros próximos, Capoeiras, Estreito, Morro do Geraldo e Vila São João. Os técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento vão até os bairros e explicam, nesta fase inicial, como a comunidade vai eleger prioridades e decidir onde os recursos públicos serão aplicados em 94. A primeira etapa se estende até o dia quinze, e vai atingir todas as comunidades de Florianópolis. (veja quadro anexo.)

O secretário de planejamento, Romeu Darós, explica que o Orçamento Participativo pretende democratizar a elaboração do documento que define as receitas e despesas da prefeitura. "A partir das assembleias em cada uma das doze regiões em que a cidade foi dividida, serão escolhidos os delegados ao Fórum Consultivo, que tem a função de acompanhar as discussões do Conselho municipal do Orçamento Participativo". Este Conselho é o órgão deliberativo, responsável pela definição final das prioridades. A proposta se divide, portanto, em duas etapas. Na primeira, as comunidades ficam sabendo

como funciona o programa, elegem seus representantes e passam a elaborar propostas. Em seguida, são escolhidos os membros do conselho que, a partir das prioridades de cada região, elaboram o orçamento.

CRITÉRIOS - Para estabelecer o plano de investimentos e os projetos prioritários, dentre aqueles apresentados pelas comunidades, a secretaria definiu quatro critérios. A carência do serviço ou infraestrutura na região; o número de habitantes em áreas populares (vilas); a população total da região; e a prioridade escolhida pela região. Para cada um destes critérios, serão conferidas notas, que irão determinar o atendimento imediato ou não da reivindicação.

Romeu Darós exemplifica como vai funcionar a relação de critérios e notas: "uma região com até 75% de carência na pavimentação de ruas, com uma população carente de mais de 1500 habitantes, onde morem mais de 20 mil pessoas e que tenha estabelecido a pavimentação de ruas como primeira prioridade, terá maiores possibilidades de ver o pedido atendido". Além destes critérios, quanto maior for a participação da comunidade nas assembleias, mais delegados ela pode eleger. E, é claro, maior vai ser a presença de representantes desta comunidade no Fórum e no Conselho do Orçamento. No Conselho, responsável pela elaboração do documento final a ser enviado à Câmara, são 24 membros efetivos e 24 suplentes.



Proposta quer acabar com clientelismo

Orçamento, conforme o dicionário, é "ato ou efeito de orçar; cálculo da receita e da despesa; cálculo dos gastos a fazer com uma obra projetada". Mas não é só isso. Participação, segundo a mesma fonte é "ato ou efeito de participar". Mas, um Orçamento Participativo não se resume às noções de um dicionário. Vai muito além. É uma verdadeira aplicação prática da democracia.

Florianópolis tem previstos para este ano, mais de 3,2 trilhões de cruzeiros no orçamento. Mas este dinheiro tem que ser aplicado conforme as decisões exclusivas dos vereadores da legislatura passada. A população pode até ter sido ouvida, mas sua participação, quando muito, se restringiu a uma explicação de dicionário. A proposta da nova administração municipal está bem longe disto.

"Queremos acabar com a relação clientelista entre os vereadores e a comunidade" explica o secretário de planejamento da prefeitura, Romeu Darós. Segundo ele, há histórias de vereadores que incluíam obras no orçamento, e depois de vê-las concluídas, apressavam-se para inaugurá-las.

"E isto não é tarefa de vereador". Outro exemplo: no orçamento deste ano, uma comunidade como o Rio Vermelho, representada por um único vereador, tem o maior número de solicitação de obras de todo o município. "Não que o Rio Vermelho dispense obras, mas é preciso atender prioridades," reforça Darós.

Na verdade, o que está em jogo através do Orçamento Participativo é bem mais que a simples presença de representantes das comunidades na hora de definir como e onde gastar o dinheiro público. A oportunidade é de exercitar a democracia e, principalmente, a melhoria da qualidade de vida. Na assembleia de Santo Antônio de Lisboa, no último dia 29, um dos participantes deixou claro que aposta na idéia. Ele ainda não mora em Florianópolis. Está construindo. Mas já quer decidir o que é preciso para a comunidade onde quer viver. O argumento principal deste futuro ilhéu é a experiência de Porto Alegre: lá, o orçamento participativo já está no quinto ano. E está dando certo.